

Diana Bioenergia
Avanhandava S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	18
Balancos patrimoniais	21
Demonstrações de resultados	22
Demonstrações do resultado abrangente	23
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	24
Demonstrações dos fluxos de caixa	25
Notas explicativas às demonstrações financeiras	26

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Diana Bioenergia Avanhandava S/A, relativas a doze meses da safra 2021/2022 encerrada em 31 de março de 2022.



Histórico

Diana Bioenergia é uma usina de açúcar, etanol e energia, fundada em 1981 e teve sua primeira safra no ano de 1987, na safra 2021/22, completou 40 anos de existência e 35 safras. Tendo como missão, produzir a partir da cana-de-açúcar energia e alimento dentro das melhores práticas de sustentabilidade, agregando e gerando valores sócio ambientais e econômicos aos acionistas, colaboradores, parceiros e comunidade.

A alta administração espera continuar consolidando a companhia como referência no setor sucroenergético da sua região, através de um crescimento sólido dentro das melhores práticas de governança corporativa, inovando sempre e quebrando paradigmas, estabelecendo compromissos de longo prazo, construindo relacionamentos estratégicos pautados na confiança, considerando sempre, em primeiro lugar o SSMA (Segurança, Saúde e Meio Ambiente) e respeito às Leis. Tendo como valores ética, transparência, comprometimento, confiança, competência, meritocracia e respeito à SSMA.

No exercício findo em 31/03/2022, completamos 10 anos de publicação das demonstrações financeiras, sempre com uma das empresas “big four”, nos baseando sempre em nossos valores supra citados, em especial ética e transparência.

Nas safras (2018/19, 2019/20 e 2020/21) reformamos 70% do nosso canavial, o que nos possibilitou a partir da safra 2020/21, elevar o TCH para 78,11, um aumento de 22% em relação a a safra 2019/20 e um ATR de 146,28, um aumento de 16 kgs em relação a média das safras 2018/19 e 2019/20.

Na safra 2021/22, apesar do ano extremamente adverso em termos climáticos (seca, geadas e

incêndios), fechamos com um TCH de 69,33 e um ATR de 147,39, ganhando pela primeira vez na história da Diana, o prêmio de produtividade agrícola publicado pelo CTC em conjunto com o Grupo IDEA, como **“Campeã de Produtividade Agrícola – Safra 2021/22 - na Região de Araçatuba”**, algo que nos orgulha ainda mais de todos os esforços que viemos realizando nesses últimos anos. Fechamos a safra com uma moagem de 1.263 mm de toneladas, produzimos 45.908.038 litros de etanol hidratado e 105.972 toneladas de açúcar VHP. Conforme demonstrado a seguir, fechamos com lucro líquido de R\$46mm, vale destacar que parte do Imposto de Renda em decorrência do lucro fizemos compensação com créditos de prejuízos fiscais acumulados nos últimos anos, ficando ainda um saldo de R\$ 31mm para compensar de futuros impostos.

Dentro do nosso planejamento estratégico de 5 anos, considerando a melhora contínua das últimas safras, esperamos moer 1.600mm de toneladas na safra 2022/23, com ATR acima de 144 kg, TCH acima de 77 e eficiência industrial acima de 89%, produzindo de 120.000 a 125.000 toneladas de açúcar VHP, 62.000 a 68.000 mil m³ de hidratado, 72.000 a 80.000 mil CBlO's e ter uma receita entre bagaço e energia elétrica de R\$1,8mm.

Na área agrícola, tivemos investimentos em colhedoras de cana, tratores e transbordos para colheita de cana e vinhaça localizada, visando a melhora das operações agrícolas, com consequente aumento da produtividade operacional e redução de custos.

Na área industrial fizemos investimentos diversos, visando a melhora da eficiência industrial global, sendo investimentos em filtro rotativo, moendas, abrandador, decantadores, sopradores de fuligem, torre e carregamento de vinhaça e o principal, fizemos uma manutenção de entressafra robusta, objetivando estabilidade operacional e consequentemente uma eficiência de tempo industrial acima de 98%.

Nosso objetivo continua sendo a redução do endividamento da companhia e aumento da rentabilidade da operação. Tal redução do endividamento continuará sendo feita com base em nosso planejamento de 5 anos, de forma saudável, sem comprometer a rentabilidade, liquidez e a operação.



Expectativas para a safra **2022/2023**

- **Moagem 1.600 mil toneladas de cana-de-açúcar no período de 12/abr/ 2022 a 31/mar/2023, sendo 948 mil toneladas de cana própria;**
- **Aumento do TCH de cana própria para pelo menos 77,00 ton/ha e ATR = 144,27 kg, raio médio de 18,0 km.**
- **Produção de 120.000 a 125.000 mil toneladas de açúcar VHP, 62.000 a 68.000 mil m³ de hidratado, 72.000 a 80.000 mil CBIO's e ter uma receita entre bagaço e energia elétrica de R\$1,8mm, com uma eficiência global acima de 89%;**

Iniciamos a safra 2022/2023 no dia 12/abril/2022, até o dia 31/maio/2022 moemos 330.299 toneladas, produzimos 19.517 toneladas de açúcar VHP e 12.353.733 litros de etanol hidratado. O TCH da cana própria realizado até o dia 31/maio/2022 está 16,5% acima do estimado (64,43 planejado x 75,06 realizado), considerando que moemos os meses de abril e maio, principalmente com canas que serão reformadas nesta safra 2022/2023, acreditamos que conseguiremos superar o TCH estimado e atingir pelo menos 80 na safra 2022/23.

O ATR até o momento está acumulado em 125,58, ligeiramente abaixo do estimado que era 127,60 kg/t, mas nos últimos dias o ATR chegou em 135 kg/t, assim como o TCH, considerando que moemos principalmente canas de reforma, acreditamos que iremos atingir a meta de 144,27 kg/t na safra.



Operacional

DADOS OPERACIONAIS	SF 20-21	SF 21-22	Var.(%)
Cana processada (mil toneladas)	1.375	1.263	-8%
Própria	813	790	-3%
Fornecedores	562	473	-16%
Mix cana própria	59%	63%	3,40 p.p.
ATR (kg por ton)	146,28	147,39	1%
TCH (cana própria)	78,11	69,33	-11%
TAH (cana própria)	11.425,93	10.218,55	-11%
Produção			
Açúcar (ton)	115.562	105.972	-8%
Etanol anidro (m ³)	-	-	0%
Etanol hidratado (m ³)	50.959	45.908	-10%

Devido as condições climáticas da safra 2021/2022 (seca, geadas e incêndios), a moagem fechou em 1.263 mil toneladas (8% menor que na safra 20/21), sendo 63% (790 mil toneladas) de cana-de-açúcar própria, sendo 29% deste canavial cultivadas em área do grupo Diana e 71% em área de parceria agrícola.

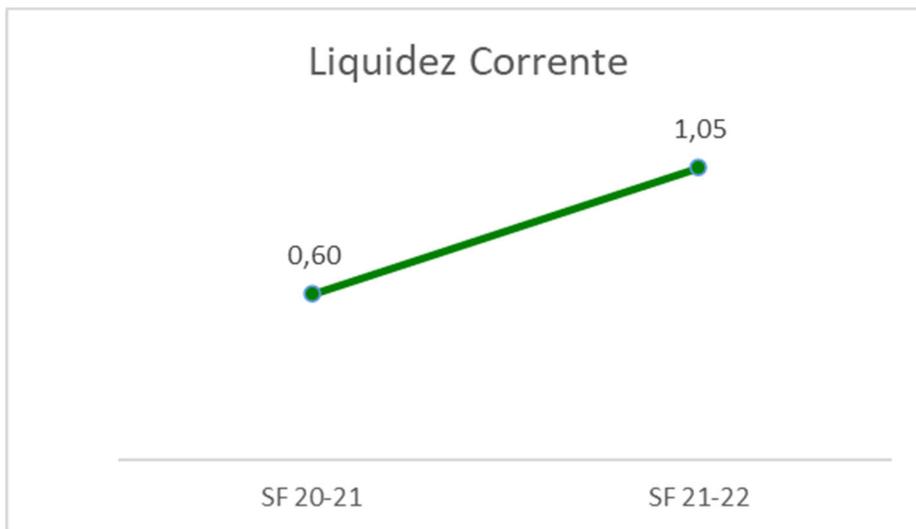
O TCH reduziu de 78,11 na safra 20/21 para 69,33 na safra 21/22 (redução de 11%). Já o ATR teve um aumento, saindo de 146,28 kg/ton na safra 20/21 para 147,39 kg/ton na safra 21/22.

Apesar da quebra do TCH, considerando a melhora do ATR, comparando com o setor, em especial do relatório da UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), no Estado de São Paulo, na safra 2020/2021 o ATR fechou em 146,38 e na safra 2021/2022 fechou em 143,80, queda de 2,58 kg/t, enquanto o TCH foi 78,30 na 2020/2021 e fechou em 66,50 na safra 2021/2022, uma quebra de 15%, portanto, fechamos a safra melhor que a maioria do setor no Estado de São Paulo, o que nos proporcionou o ganho, destacado acima, do prêmio de produtividade agrícola calculado pelo CTC (Centro de Tecnologia Canavieira) em conjunto com o Grupo IDEA, como Campeã de Produtividade Agrícola da região de Araçatuba na safra 2021/2022, tal prêmio leva em consideração TCH, ATR e idade média ponderada.



Liquidez

Com a melhora sustentável dos últimos anos, a companhia foi reestruturando sua dívida bancária, alongando o perfil da dívida, de forma saudável, sem comprometer a rentabilidade, liquidez e a operação. Na safra 2021/2022, emitiu sua 4ª Debêntures com os Bancos Santander e Itaú, sendo uma operação certificada com selo verde Green Bond, e com isso conseguiu melhorar a liquidez conforme gráfico abaixo.

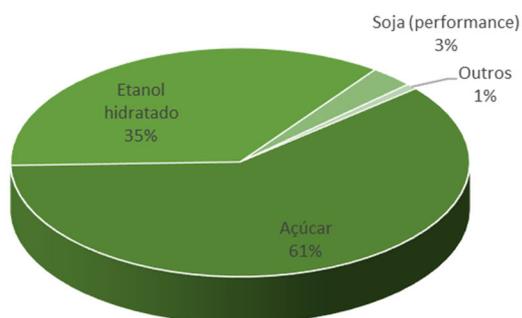




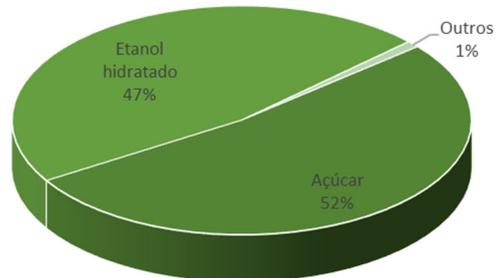
Receita bruta

COMPOSIÇÃO RECEITA BRUTA	SF 20-21	SF 21-22	Var.(%)
Milhares de reais			
Mercado interno	108.494	153.756	42%
Etanol hidratado	106.104	150.777	42%
Outros	2.390	2.979	25%
Mercado externo	190.502	168.241	-12%
Açúcar	181.288	168.241	-7%
Soja (<i>performance</i>)	9.213	-	-100%
Receita bruta total	298.995	321.997	8%
Açúcar	181.288	168.241	-7%
Etanol hidratado	106.104	150.777	42%
Soja (<i>performance</i>)	9.213	-	-100%
Outros	2.390	2.979	25%

SF 20-21



SF 21-22



PREÇOS BRUTOS	SF 20-21	SF 21-22	Var.(%)
Volume			
Açúcar (ton)	117.757	105.475	-10%
Etanol hidratado (m ³)	52.003	45.665	-12%
Preços brutos			
Açúcar (R\$/ton)	1.540	1.595	4%
Etanol hidratado (R\$/m ³)	2.040	3.302	62%

O preço médio de venda de etanol hidratado na safra 21/22 foi 62% maior, o que trouxe uma receita bruta 42% maior, mesmo com uma produção de 12% menor comparados à safra 20/21.

Outras receitas operacionais	SF 20-21	SF 21-22	Var.(%)
Milhares de reais			
Receita de venda de CBIOs	1.770	2.173	23%
AVP fornecedores diversos	-	825	100%
Resultado na venda/baixa de ativos	28	5	-82%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	631	(1.372)	-317%
Total	2.428	1.631	-33%

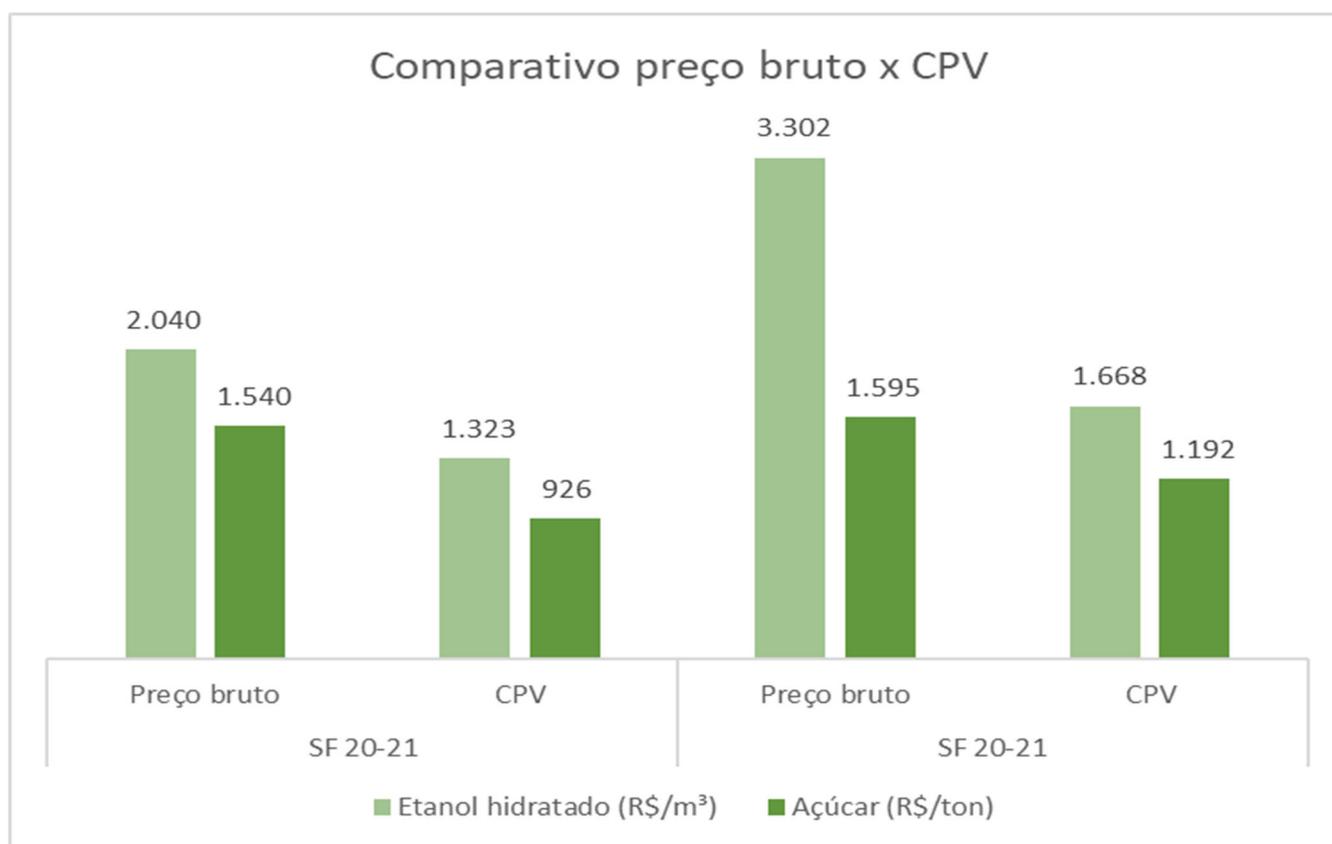
No exercício findo em 31 de março de 2022, vendemos 52.939 CBIO's, o que agregou R\$ 2.173 ao resultado da companhia.

A expectativa de venda de CBIO's para a safra 22/23 é de 72.000 a 80.000.



Custos

CPV	SF 20-21	SF 21-22	Var.(%)
Milhares de reais			
Açúcar	109.027	125.695	15%
Etanol hidratado	67.409	76.558	14%
Outros	764	44	-94%
Soja (performance)	7.044	-	-100%
Etanol anidro	9	-	-100%
Total	184.253	202.296	10%



Despesas com vendas e administrativas	SF 20-21	SF 21-22	Var.(%)
Milhares de reais			
Fretes a armazenagem	14.969	15.267	2%
Despesas com pessoal	5.607	6.968	24%
Serviços prestados	3.755	5.488	46%
Impostos, depreciação e outros	5.279	5.120	-3%
Total	29.610	32.842	11%



Resultado financeiro

Resultado financeiro	SF 20-21	SF 21-22	Var.(%)
Milhares de reais			
Juros apropriados sobre financiamentos	15.091	29.013	-92%
Instrumentos financeiros derivativos (realizados)	19.125	12.484	35%
AVP - Passivo de Arrendamentos (CPC 06)	5.873	9.304	-58%
Juros demais operações e descontos financeiros	680	4.338	-538%
Juros tributários - parcelamento e contingências	2.159	1.994	8%
Custos a amortizar (CPC 08)	115	335	-191%
Descontos concedidos	5	302	-5943%
Descontos obtidos	(293)	(550)	-88%
Variação cambial ativa	(2.301)	(3.358)	-46%
Rendimentos com aplicações financeiras	(593)	(3.651)	-516%
Instrumentos financeiros derivativos (não realizados)	60.103	(26.443)	144%
Variação cambial passiva	13.599	-	100%
	113.564	23.768	376%
Estorno variação cambial (competência)	2.123	395	81%
Instrumentos financeiros derivativos (não realizados)	(60.103)	26.443	144%
	55.583	50.605	-9%

Temos uma política de hedge onde o objetivo principal, como qualquer risk management é proteção, então, quando os preços atingem níveis remuneradores, fixamos para garantir margem. A Diana fixou açúcar para a safra que encerrou e para as próximas 2 safras (2022 e 2023) e por isso os reflexos apresentados em instrumentos financeiros derivativos.

Para os instrumentos financeiros derivativos realizados, a contrapartida já está registrada na Receita e na despesa financeira, o que anula os efeitos ao final do resultado.

Já para os instrumentos financeiros derivativos não realizados, esse efeito está registrado no resultado (receita/despesa financeira) com contrapartida nas contas patrimoniais (ativo e passivo).



Resultado/Ebtida

EBTIDA	SF 20-21	SF 21-22	Var.(%)
Receita Bruta	298.995	321.997	8%
(-) Impostos	(23.198)	(31.134)	
(=) Receita Líquida	275.797	290.863	5%
Mudança no valor justo do ativo biológico	14.388	37.161	
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(184.253)	(202.296)	10%
(=) Lucro Bruto	105.932	125.728	19%
<i>Margem bruta</i>	38%	43%	4,82 p.p.
Despesas (receitas) administrativas, comerciais e outras	(27.182)	(31.211)	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, variação cambial líquida e impostos	78.750	94.517	20%
Resultado financeiro	(102.266)	(27.126)	
Variação cambial líquida	(11.298)	3.359	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(34.814)	70.750	-303%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.940	(27.422)	
Resultado do exercício	(16.874)	43.328	-357%
Depreciação de máquinas, equipamentos e edificações	7.620	8.629	
Depreciação de Plantas Portadoras	15.786	17.570	
Consumo Ativo Biológico	26.811	38.732	
Amortização de entressafra (agrícola e indústria)	17.704	19.890	
EBITDA ajustado *	146.671	179.337	22%
<i>Margem Ebtida</i>	53%	62%	8,48 p.p.

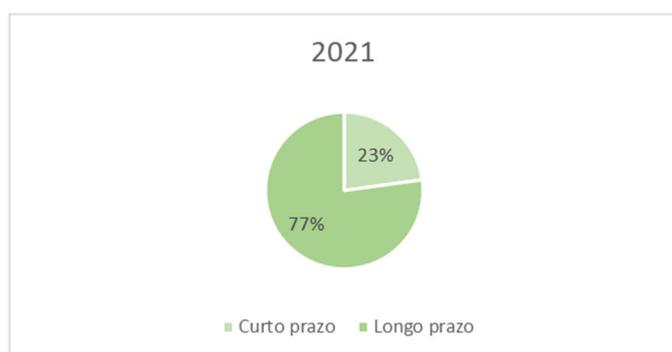
Na safra 21/22 a companhia apresentou lucro bruto 19% maior que o exercício anterior, saindo de R\$ 105.932 para R\$ 125.728. O EBITDA *ajustado* aumentou 8,5 p.p. (pontos percentuais), saindo de 53% na safra 20/21 para 62% na safra 21/22.



Endividamento

Endividamento	31/03/2021	31/03/2022	Var.(%)
Milhares de reais			
FINAME	3.920	2.588	-34%
Crédito Rural Bancário - CCB	92.210	71.382	-23%
Cédula de Produto Rural - CPR	-	3.114	0%
Pré-pagamento Exportação - PPE	9.796	-	-100%
Adiantamento Contrato Câmbio - ACC	17.088	4.898	-71%
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	68.198	73.259	7%
Nota de Crédito à Exportação - NCE	-	5.444	0%
Debêntures	12.539	79.106	531%
Dívida bruta total	203.751	239.792	18%
Disponibilidades	35.694	31.931	-11%
Estoque disponível	-	-	0%
Efeito de Swap	-	-	0%
Adiantamento a fornecedores	7.646	10.449	37%
Impostos a recuperar **	34.374	38.227	11%
Dívida líquida	126.037	159.185	26%
Curto prazo	28.763	-2.156	-107%
Longo prazo	97.274	161.341	66%

** Em impostos a recuperar consideramos o saldo de IRPJ/CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal acumulado e eventual crédito extemporâneo.





Investimentos

Investimentos	31/03/2021	31/03/2022	Var.(%)
Milhares de reais			
Plantio de cana	29.179	32.235	10%
Imobilizado	18.461	20.636	12%
Máquinas e equipamentos industriais	8.460	764	-91%
Máquinas e implementos agrícolas	8.358	10.646	27%
Veículos	44	686	1459%
Obras em andamento	1.289	7.819	507%
Outros	310	721	133%
Total geral	47.640	52.870	11%

A Diana não vem medindo esforços para investir no seu canavial, bem como fez investimentos nas áreas agrícola e industrial buscando uma melhora de produtividade, redução de custos e otimizando o parque fabril. Traçamos um planejamento para os próximos 5 anos, com acompanhamento semanal da evolução e revisão trimestral. Tal planejamento é realizado em conjunto com todas as áreas da companhia de forma que haja o engajamento de toda a equipe.

Alinhado a isso, temos uma rígida política de risco a fim de aproveitar as melhores oportunidades de preço de venda de açúcar, etanol e energia.

O árduo trabalho realizado nos últimos anos, demonstrado através deste relatório, nos dão segurança e confiança que a companhia iniciou um círculo virtuoso e tem pela frente um futuro produtivo, eficiente e rentável, continuaremos sempre focados e comprometidos com a melhora contínua, de forma consciente, adotando as melhores práticas para não apenas manter, mas melhorar nossos indicadores operacionais, de custos, financeiros e de rentabilidade.

Mensagem da Presidência

Importante ressaltar o orgulho, satisfação e felicidade de todos os acionistas e colaboradores que JUNTOS estão construindo uma Cia justa, com foco principalmente na segurança dos colaboradores e preservação do meio ambiente. Uma Cia com pouquíssimos contenciosos, sendo nenhum criminal e nenhuma cobrança de impostos em atraso, muito poucos cíveis e poucos trabalhistas, respeitando o meio ambiente e todas as legislações e licenças ambientais. Uma empresa moderna com operações na B3 registradas na Cetip, Operação com selo Verde Green Bond, operações junto ao BNDES, gerando e distribuindo riquezas entre os seus, mercado e comunidade”.

Desde o ano 2010 quando chegamos na DIANA, a Família Diana vem realizando um trabalho extraordinário. Em 2009 moemos 756 mil tons de cana e faturamos pouco menos de R\$ 60 milhões de reais. Nessa safra 2022/23, moemos 216 mil tons apenas no mês de maio/22, pretendemos moer 1.600.000 tons na safra, atingindo um faturamento bruto próximo de R\$ 500 milhões de reais!

Que bela jornada, muito orgulho desse time e muita honra de fazer parte da Família Diana! Parabéns e obrigado!



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Avanhandava – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Diana Bioenergia Avanhandava S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Diana Bioenergia Avanhandava S.A. em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo do ativo biológico

Veja as Notas 4.b, 7.g e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia mensura o seu ativo biológico referente a cana-de-açúcar em formação com base no seu valor justo, calculado utilizando o método do fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para a cana-de-açúcar em formação.</p> <p>Essa mensuração requer julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas a produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável – ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido ao grau de julgamento envolvido na determinação de premissas utilizadas na mensuração do valor justo e ao impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– A avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo a produtividade estimada dos canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável – ATR por tonelada de cana-de-açúcar, os preços futuros estimados do ATR, os custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e os custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas;– Recálculo matemático do valor presente determinado com base no fluxo de caixa projetado e descontado; e– Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, nomeadamente em relação às premissas utilizadas na mensuração do ativo biológico. <p>Com base nos procedimentos realizados acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022.</p>

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Veja as Notas 7.e e 15 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.</p> <p>A Companhia usa certas premissas como volume e preços para projetar a receita e a margem EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e outras informações definidas no estudo da Companhia para determinar os lucros tributáveis futuros.</p> <p>Consideramos este assunto como um principal assunto de auditoria devido à relevância do imposto de renda diferido ativo e às incertezas relacionadas às premissas utilizadas para estimar o lucro tributável futuro, que possui um risco significativo de resultar em um ajuste material no valor contábil da referida rubrica ao longo do próximo exercício social.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Com o auxílio de nossos especialistas em reestruturação, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas na elaboração de projeções de lucro tributável futuro, incluindo volume e preços para projetar receita e margem EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e outras informações definidas no estudo da Companhia para apuração de lucros tributáveis futuros.– Análise de sensibilidade para testar a consistência e razoabilidade dos lucros projetados pela Companhia.– Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais, incluindo as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pela Companhia para sua utilização.– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>Com base no resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, o valor dos ativos fiscais diferidos assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 17 de junho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	28.570	35.694	Fornecedores	18	32.270	34.841
Aplicações financeiras		1.238	-	Passivo de arrendamento	19	15.843	8.738
Contas a receber de clientes	9	71	790	Empréstimos e financiamentos	20	55.595	93.938
Estoques	10	38.802	29.226	Debêntures a pagar	21	22.856	12.539
Ativos Biológicos	11	71.624	38.732	Impostos e contribuições a recolher	22	7.481	4.628
Adiantamentos a fornecedores	12	17.336	12.234	Imposto de renda e contribuição social a recolher	15	476	8
Impostos a recuperar	14	2.486	6.453	Salários e férias a pagar		4.724	4.357
Ativo fiscal corrente	15	1.096	546	Adiantamentos de clientes	24	382	7.085
Instrumentos financeiros derivativos	33	3.871	289	Mútuo com partes relacionadas	13	4.310	3.342
Outros ativos		8.450	966	Instrumentos financeiros derivativos	33	20.810	39.858
Total do ativo circulante		173.544	124.930	Total do passivo circulante		164.747	209.334
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais e outros		1.005	293	Fornecedores	18	6.784	-
Impostos a recuperar	14	1.159	1.038	Passivo de arrendamento	19	63.746	42.530
Instrumentos financeiros derivativos	33	2.328	-	Empréstimos e financiamentos	20	105.091	97.274
Tributos diferidos	15	-	17.420	Debêntures a pagar	21	56.250	-
Aplicações financeiras		2.123	-	Impostos e contribuições a recolher	22	7.457	4.375
Total do realizável a longo prazo		6.615	18.751	Tributos diferidos	15	1.967	-
Imobilizado	16	241.905	215.918	Mútuo com partes relacionadas	13	7.344	11.133
Direito de uso	17	80.796	55.040	Instrumentos financeiros derivativos	33	3.193	8.548
Total do ativo não circulante		329.316	289.709	Provisão para contingências	23	1.549	41
				Total do passivo não circulante		253.381	163.901
				Patrimônio líquido	25		
				Capital social		59.987	59.987
				Reserva legal		113	113
				Ajuste de avaliação patrimonial		43.198	44.456
				Prejuízos acumulados		(18.566)	(63.152)
				Total do patrimônio líquido		84.732	41.404
				Total do passivo		418.128	373.235
Total do ativo		502.860	414.639	Total do passivo e patrimônio líquido		502.860	414.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	26	290.863	275.797
Mudança no valor justo do ativo biológico	11	37.161	14.388
Custos dos produtos vendidos	27	<u>(202.296)</u>	<u>(184.253)</u>
Lucro bruto		125.728	105.932
Despesas de vendas	28	(16.988)	(18.549)
Despesas administrativas e gerais	28	(15.854)	(11.061)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	<u>1.631</u>	<u>2.428</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		94.517	78.750
Receitas financeiras	30	47.027	40.841
Despesas financeiras	31	(74.153)	(143.107)
Variação cambial líquida	32	<u>3.359</u>	<u>(11.298)</u>
Despesas financeiras e variação cambial líquidas		(23.767)	(113.564)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social contribuição social		70.750	(34.814)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(8.037)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>(19.385)</u>	<u>17.940</u>
Resultado do exercício		43.328	(16.874)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Resultado do exercício	<u>43.328</u>	<u>(16.874)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>43.328</u></u>	<u><u>(16.874)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diana Bioenergia Avanhadava S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>	
Saldos em 1º de abril de 2020	59.987	113	-	45.768	(47.590)	58.278
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(1.312)	1.312	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	(16.874)	(16.874)	(16.874)
Saldos em 31 de março de 2021	59.987	113	-	44.456	(63.152)	41.404
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(1.258)	1.258	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	43.328	43.328	43.328
Saldos em 31 de março de 2022	59.987	113	-	43.198	(18.566)	84.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		43.328	(16.874)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação:			
Depreciação de máquinas, equipamentos e edificações (agrícola e indústria)	16	8.629	7.620
Depreciação de Plantas Portadoras	16	17.570	15.786
Consumo Ativo Biológico	11	38.732	26.811
Amortização de entressafra (agrícola e indústria)		19.890	17.704
Amortização do direito de uso	17	15.567	21.797
Resultado na alienação de imobilizado	16	686	4.417
Mudança no valor justo do ativo biológico	11	(37.161)	(14.388)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	19.385	(17.940)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	8.037	-
Instrumentos financeiros derivativos		(30.313)	60.103
Juros e variações cambiais	20/21	25.277	18.387
Juros sobre passivo de arrendamento	19	9.328	5.873
Baixa do direito de uso e passivo de arrendamento		(365)	(11.908)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	23	1.508	(458)
Constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	9	57	-
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber de clientes		662	2.787
Estoques		(29.466)	(14.936)
Adiantamentos a fornecedores		(5.102)	6.087
Impostos a recuperar		3.296	(2.300)
Outros créditos		(7.484)	(117)
Depósitos judiciais e outros		(712)	-
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		4.213	3.874
Impostos e contribuições a recolher e outros		5.935	(1.958)
Salários e férias a pagar		369	(785)
Adiantamentos de clientes		(6.703)	(13.555)
Mútuo partes relacionadas		(2.821)	1.755
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.569)	-
Juros sobre passivo de arrendamento pagos	19	(9.011)	(6.702)
Juros pagos	20/21	(24.847)	(13.847)
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais		60.915	77.233
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		(3.361)	1.115
Ativo biológico - tratos culturais	11	(34.463)	(24.344)
Aquisição do imobilizado	16	(52.872)	(47.640)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(90.696)	(70.869)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de passivo de arrendamento	19	(12.955)	(9.775)
Empréstimos e financiamentos tomados com partes relacionadas		-	11.133
Empréstimos e financiamentos tomados	20/21	160.190	95.712
Empréstimos e financiamentos pagos	20/21	(124.579)	(101.662)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (gerado pelas) atividades de financiamentos		22.657	(4.592)
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(7.124)	1.772
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		35.694	33.922
No fim do exercício		28.570	35.694
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(7.124)	1.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Diana Bioenergia Avanhandava S.A. (“Companhia”) tem sua sede administrativa na cidade de Avanhandava, Estado de São Paulo, na Fazenda Nova Recreio. Tem por objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de álcool, açúcar, subproduto e de produtos agropecuários, a exploração agrícola e comercial em todas as suas modalidades, especialmente no que diz respeito à produção de cana de açúcar, seus subprodutos, fertilizantes, herbicidas, fungicidas e bactericidas, bem como a cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, em ambiente próprio ou de terceiros e a administração de bens próprios e a participação, na qualidade de sócia quotista ou acionista, em qualquer empresa nacional ou estrangeira.

No exercício findo 31 de março de 2022, 63% da cana-de-açúcar foi de produção própria (59% em 31 de março de 2021), desse total sendo 18% da cana-de-açúcar produzida em áreas próprias (16% em 31 de março de 2021), 12% em área de acionista (15% em 31 de março de 2021) e 70% em áreas de parceria agrícola (69% em 31 de março de 2021), sendo que seu mix industrial foi de 63% para a produção de açúcar (62% em 31 de março de 2021) e 37% à produção de etanol (38% em 31 de março de 2021).

a. RenovaBio - Cbios

Em 31 de março de 2022, a Companhia não possuía Cbios emitidos. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio.

Sobre o Renovabio:

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

b. Impactos da pandemia do Covid-19

Em 2021, vários países, incluindo todos os estados e países em que temos operações, instituíram medidas de isolamento social para combater a pandemia da Covid-19. A Companhia implementou um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de seus funcionários, além de garantir a segurança e a continuidade dado que nossos produtos e serviços são considerados atividades essenciais, por ser um insumo estratégico em hospitais, segurança, alimentação e energia.

A extensão em que a pandemia do Covid-19 pode afetar nossos resultados operacionais, condição financeira e fluxos de caixa dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos no momento da divulgação dessa demonstração financeira, incluindo novas informações que possam surgir sobre a gravidade do Covid-19 e as medidas tomadas para conter o Covid-19 ou tratar seu impacto. Com base nas informações disponíveis, as principais avaliações e, quando aplicável, os principais efeitos da pandemia do Covid-19 em nossos resultados operacionais são:

- (i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários**
A Companhia avaliou indicativos de eventual perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários e concluiu que, mesmo com uma potencial redução nos fluxos de caixa e resultados esperados para a safra 2022/2023, o valor em uso das unidades geradoras de caixa continua sendo significativamente superior ao seu valor contábil, bem como, no caso dos tributos, a expectativa de base tributável dos principais tributos permanece, além do fato da maior parte dos tributos não prescrever.
- (ii) Redução ao valor realizável dos estoques**
A Companhia calculou o custo médio dos estoques a garantiu a realização com base no preços disponíveis na data destas demonstrações financeiras. Mesmo com a baixa demanda pelo etanol, não foram identificados custos superiores ao valor recuperável deste produto. Quanto ao açúcar, no segmento de atacado e varejo, o valor do produto tem aumentado, sobretudo pela maior demanda doméstica.
- (iii) Perda estimada com risco de créditos sobre ativos financeiros**
As perdas pela redução ao valor recuperável associada ao risco de crédito sobre os ativos financeiros é calculada com base no histórico de perdas incorridas, na situação individual dos clientes e do grupo econômico ao qual pertencem. Considerando que a Companhia opera majoritariamente com garantias reais de seus clientes, bem como mantém uma análise criteriosa de crédito, operando, quando aplicável com antecipações de dinheiro para envio de produtos, não houve reconhecimento adicional relevante devido à Covid-19.
- (iv) Liquidez**
A Companhia encerrou o exercício social findo em 31 de março de 2022 com um caixa de R\$ 28.570 (R\$ 35.694 em 31 de março de 2021) Adicionalmente, o nível de liquidez para a safra 22/23 foi reforçado preventivamente com o valor de R\$ 75.000 captado através da emissão de debênture no mês de abril de 2021.
- (v) Capex**
A Companhia prevê, inicialmente, manter apenas os investimentos necessários para a manutenção de suas atividades agrícolas e industriais.
- (vi) Arrendamentos**
Até a data destas demonstrações financeiras não houve alteração nos contratos celebrados com parceiros agrícolas e arrendatários, os prazos e preços estão mantidos conforme acordado. Logo, os valores registrados no direito de uso e no passivo de arrendamento não sofreram qualquer alteração em consequência dos impactos do Covid-19.

(vii) Compromissos contratuais

Nesta data não há execução nem contra e nem a favor da Companhia em relação aos seus contratos, mantendo-se a previsão de continuidade de todos os compromissos anteriormente firmados.

(viii) Avaliação da Continuidade Operacional (Going Concern)

A Companhia avalia que devido a sólida estrutura organizacional e rígido controle de custos adotado há vários anos como valor e seguido por todos os setores operacionais e administrativos, não há até o momento indícios de não-continuidade dos negócios.

A Companhia entende que não há nenhum risco para a continuidade dos negócios. A Administração permanecerá monitorando e mensurando os impactos decorrentes da pandemia, visando avaliar eventuais efeitos econômico-financeiros que possam impactar as condições financeiras e patrimoniais além de comprometer a continuidade do negócio.

A Administração da Companhia vem renegociando os saldos de financiamentos, junto aos principais bancos credores cujo endividamento encontra-se classificado no passivo circulante, de forma a readequar seu fluxo de caixa operacional. O planejamento estratégico que a Companhia vem implementando, tem como objetivo a geração de resultados positivos nos próximos exercícios. Dentre as principais ações tomadas destacam-se as seguintes:

- Obtenção de linhas de créditos de longo prazo com taxas menores para adequação do capital de giro e redução das despesas financeiras; e
- Reestruturação organizacional e implementação de melhorias de processos para redução de custos operacionais.

Vale lembrar que a Companhia não utiliza contabilização de *hedge accounting*.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 17 de junho de 2022. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** – mensuração do valor justo do ativo biológico;
- **Nota explicativa 15** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 6, 17 e 19** – o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação; e
- **Nota explicativa 33** - Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7.f** - Vida útil de ativo Imobilizado;
- **Nota explicativa nº 11** - Determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- **Nota explicativa nº 15** - Mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Notas explicativas 6, 17 e 19:** Taxa de desconto para cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento registrado na conta de direito de uso e passivo de arrendamento; e
- **Nota explicativa nº 23** - Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 e reportes à Diretoria.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Diretoria da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de março de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

b. Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:

- Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- Contabilidade de *hedge*.

Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Divulgação

As alterações exigirão que a Companhia divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas.

Transição

A Companhia planeja aplicar as alterações a partir de 1º de abril de 2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 31 de março de 2021 ou períodos anteriores.

c. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Receita operacional

Venda de bens

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de variações cambiais ativas, variações monetárias e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, variações cambiais e variações monetárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

d. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário/aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de abril de 2009 ou data posterior a esta.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos de manutenção

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

	2022 - % ao ano	2021 - % ao ano
Terrenos e edificações	0,06%	0,06%
Máquinas equipamentos e acessórios	5,72%	3,42%
Veículos	8,43%	6,54%
Máquinas e implementos agrícolas	9,53%	7,99%
Móveis e utensílios	7,90%	7,42%
Benfeitorias	2,03%	1,92%
Computadores e periféricos	28,24%	12,51%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A cana-de-açúcar consumida no processo produtivo é avaliada pelo seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a

valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente, caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

Os contratos de operação a termo de açúcar, são contabilizados a valor justo refletindo a realidade da Companhia em relação aos instrumentos utilizados para a precificação do produto. Tal registro não apresenta riscos para a Companhia, pois, apenas refletem a real precificação de sua produção de açúcar. O preço de exercício dessas operações estão bem acima do custo de produção da Companhia, o que apenas mitiga os riscos da Companhia para eventuais oscilações de preço.

(vi) Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido.

A distribuição de lucros para os sócios da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, após deliberação dos acionistas, exceto se for destinado à constituição de adiantamento para futuro aumento de capital ou integralização de capital, situação em que esses lucros/juros são movimentados no patrimônio líquido.

j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Provisão para ajuste do preço de cana

A cana de açúcar adquirida é valorizada com base no teor de sacarose apurado, medido pelo nível de ATR - Açúcar Total Recuperável. O fator de ATR é calculado pela Companhia de acordo com os padrões definidos pelo Conselho dos Produtores de cana de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo - CONSECANA, cuja divulgação ocorre mensalmente, com base em estimativa do nível médio de ATR a ser apurado em cada safra. Ao final de cada safra, o índice oficial é divulgado pelo CONSECANA para pagamento do saldo remanescente aos fornecedores. A Companhia, com o objetivo de manter o saldo de fornecedores a valores próximos de sua exigibilidade, registra uma provisão para ajuste ao preço da cana na rubrica de fornecedores.

m. Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento e passivos de arrendamento em em rubricas específicas no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	12.126	1.421
Aplicações financeiras	16.444	34.273
	<u>28.570</u>	<u>35.694</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDB, com rendimentos médios entre 75% a 100% (idêntico em 31 de março de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e seu valor não supera o valor de mercado. Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas antes dos 90 (noventa) dias da data de contratação, sem perda de rendimentos.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 33.

9 Contas a receber clientes

	2022	2021
Contas a receber de clientes	437	1.099
(-) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (i)	<u>(366)</u>	<u>(309)</u>
	<u>71</u>	<u>790</u>

- (i) A provisão estimada em créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos.

As contas a receber de mercado externo são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das demonstrações financeiras.

As movimentações da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são apresentadas a seguir:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	309	309
(+) Adições	<u>57</u>	<u>-</u>
Saldo no final do exercício	<u>366</u>	<u>309</u>

Os recebimentos médios de clientes estão concentrados em recebimentos à vista ou antecipados.

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	2022	2021
Créditos a vencer	6	775
Créditos em atraso até 30 dias	15	15
Créditos em atraso de 31 a 180 dias	-	-
Créditos em atraso mais que 180 dias	<u>416</u>	<u>309</u>
	<u>437</u>	<u>1.099</u>

A Administração entende que a provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos e a vencer sob a análise do gestor responsável.

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A perda estimada da Companhia tem como política da Companhia o escalonamento de realização da carteira, levando a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade, atendendo aos conceitos do CPC 48.

O critério utilizado pela Companhia tanto na distribuição das faixas, como na distribuição da porcentagem de perdas estimadas não é comparável quando utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central, que estabelece o arrasto dos saldos dos clientes para pior faixa de risco, com a aplicação de porcentagem mínimos de perdas estimadas para cada faixa. Todavia, clientes que apresentam risco, a Companhia realiza o arrasto da carteira.

A Companhia em 31 de março de 2022 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia a risco de crédito, moeda e perdas por redução ao valor recuperáveis relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros.

10 Estoques

	2022	2021
Produtos acabados:		
Etanol	55	69
Almoxarifado	11.906	9.268
Gastos Entressafra (i)	26.841	19.890
	<u>38.802</u>	<u>29.226</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

- (i) Os gastos com manutenção de entressafra, são os gastos incorridos na manutenção dos equipamentos industriais e agrícolas da Companhia, que são acumulados no decorrer do período de entressafra para apropriação ao custo de produção no decorrer da safra seguinte.

11 Ativos biológicos

A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, onde os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

Em 31 de março de 2022 a Companhia possui lavouras de cana-de-açúcar em cerca de 11.833 hectares de terras cultiváveis, sendo 14% em terras próprias, e 86% em áreas de parcerias agrícolas, com seus acionistas e terceiros. As terras próprias em que as lavouras estão plantadas e as “plantas produtoras” são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

	2022	2021
Saldo no início do exercício	38.732	26.811
Aumento devido tratos culturais	34.463	24.344
Diminuição devido a colheita	(38.732)	(26.811)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	<u>37.161</u>	<u>14.388</u>
Saldo no final do exercício	<u>71.624</u>	<u>38.732</u>

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

Lavouras de cana-de-açúcar

O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros; o primeiro corte ocorre após doze e/ou dezoito meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (cana soca) continua no solo. Após cada corte, a cana planta cresce novamente, em média, por cinco anos (safras).

As terras em que as lavouras estão plantadas (quando não vinculadas a operações de arrendamento ou parcerias) são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura da cana-de-açúcar, medida em toneladas e de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar; e
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custo proporcional dos investimentos em plantio de lavouras, (ii) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (iii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT) da cana-de-açúcar; (iv) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado. As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2022	2021
Área estimada de colheita (hectares)	11.833	11.671
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	77,58	80,63
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	144,27	136,6
Valor do Kg de ATR	1,18	0,86

A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 10,36% em 31 de março de 2022 (7,40% em 31 de março de 2021).

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o fluxo de caixa descontado a ser gerado em cada ano, considerando uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos.

As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica “Ativos biológicos” no ativo circulante e tem como contrapartida a rubrica “Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo”, no resultado do exercício.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e a demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de custo e preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que, como se trata de uma Companhia que produz *commodities*, existe uma busca constante para redução de custos.

Riscos climáticos e outros

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde e análises de doenças e pragas da lavoura.

Análise de sensibilidade

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2022, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana-de-açúcar resultaria em um aumento ou redução de R\$ 5.512. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de R\$ 5.781.

12 Adiantamentos a fornecedores

	2022	2021
Adiantamentos a fornecedores de cana – terceiros (i)	14.274	10.854
Adiantamentos de materiais	3.062	1.380
	17.336	12.234

- (i) Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros referem-se a adiantamentos efetuados pela Companhia a fornecedores para futura entrega da cana-de-açúcar conforme contratos com vencimento até a safra 2022/2023.

13 Partes relacionadas

a. Controlador final

O controlador final da Companhia é Renata Sodré Viana E. Junqueira.

b. Remunera o da alta administra o

O pessoal chave da administra o   composto pela Diretoria. A remunera o paga aos Diretores no exercício foi de R\$ 2.139 (R\$1.833 em 31 de março de 2021). A Companhia não concede ao pessoal chave da administra o benefícios com características de longo prazo.

c. Principais saldos e transa es que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2022 e 2021, assim como as transa es que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a opera es com partes relacionadas, decorrem de transa es da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

		2022		2021	
		Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)
Passivo circulante					
Mútuo com parte relacionada (i)					
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista	(4.310)	-	(3.342)	-
		(4.310)	-	(3.342)	-
Passivo não circulante					
Avanhandava Agropecuária S/A (ii)					
	Acionista	(7.344)	-	(11.133)	-
		(7.344)	-	(11.133)	-
Opera�es					
Compra de cana de a�o�ar (iii)					
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista	-	(885)	-	(1.492)
Avanhandava Agropecuária S/A	Acionista	-	(1.693)	-	(279)
		-	(2.578)	-	(1.771)

- (i) Mútuo com parte relacionada
 Refere-se a empréstimo de valores da acionista Renata Sodré Viana Egreja Junqueira para o suprimento de caixa da Companhia sem incidência de juros e prazo de vencimento indefinido.

- (ii) **Empréstimo**
Refere-se ao saldo de empréstimo captado junto a Avanhandava Agropecuária S/A. para suprimento de caixa da Companhia, com juros de 100% de CDI e vencimento final em setembro de 2023.
- (iii) **Compra de cana de açúcar**
O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo).

14 Impostos a recuperar

	2022	2021
ICMS s/ ativo imobilizado	1.249	957
COFINS	826	3.916
IRRF	707	1.361
ICMS	274	130
IPI	269	275
PIS	181	851
Reintegra	137	-
	3.645	7.491
Ativo circulante	2.486	6.453
Ativo não circulante	1.159	1.038

15 Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos e passivos:

	2022		2021	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Ativo circulante				
IRPJ e CSLL a compensar	1.096	-	546	-
Passivo circulante				
IRPJ e CSLL a pagar	(476)	-	(8)	-
Tributos diferidos ativos constituídos sobre:				
Instrumentos financeiros derivativos	8.957	(7.361)	16.318	1.115
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	124	18	106	1
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	31.175	(3.199)	34.374	(1.858)
Arrendamento mercantil (CPC 06 (R2))	4.335	424	3.911	1.841
Provisão para contingências	527	504	23	(147)
	45.117	(9.615)	54.732	953
Tributos diferidos passivos constituídos sobre:				
Valor justo ativo biológico	(12.635)	(7.743)	(4.892)	(2.590)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.904)	(2.904)	-	19.278
AVP Fornecedores Diversos	(281)	(281)	-	-
Custo de transação	(1.053)	(604)	(449)	(172)
Exclusão ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins	-	1.203	(1.203)	-
Imobilizado - Custo atribuído	(22.232)	622	(22.854)	664
Imobilizado - Depreciação Econômica	(7.980)	(66)	(7.914)	(190)
	(47.084)	(9.773)	(37.312)	16.987
Tributos diferidos líquidos	(1.967)	(19.385)	17.420	17.940

Reconciliação das despesas de IRPJ e da CSLL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	70.750	(34.814)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(24.055)	11.837
Exclusões (adições) permanentes	(3.367)	6.103
	<u>(27.422)</u>	<u>17.940</u>
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(8.037)	-
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(19.385)	17.940
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido	<u>(27.422)</u>	<u>17.940</u>
Alíquota efetiva	<u>39%</u>	<u>52%</u>

Realização dos ativos fiscais diferidos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, são consideradas projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias aprovadas pela Administração. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro. Não há prazo de validade para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, a utilização desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venha a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Em 31 de março de 2022, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de ativos fiscais diferidos decorrente de ativos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social:

Exercícios	2022
2022/2023	10.224
2023/2024	9.897
2024/2025	<u>11.054</u>
Total	<u>31.175</u>

16 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Máquinas e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Veículos	Benfeitorias	Obras em andamento	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Adiantamento a fornecedores	Lavouras de cana-de-açúcar	Total
Em 31 de março de 2020	52.491	47.098	17.310	6.670	691	7.125	405	394	108	63.800	196.096
Adições	-	3.372	7.692	36	-	7.083	210	67	-	29.179	47.640
Baixas	-	(1.308)	(2.908)	(200)	-	-	-	-	-	-	(4.417)
Depreciação	(142)	(3.804)	(2.599)	(904)	(35)	-	(87)	(47)	-	(15.786)	(23.407)
Transferência	-	5.088	666	8	32	(5.794)	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2021	52.349	50.448	20.163	5.610	688	8.414	529	414	108	77.193	215.918
Adições	-	764	10.646	686	-	7.819	450	271	-	32.236	52.872
Baixas	-	(17)	(249)	(267)	-	(89)	(7)	(3)	(54)	-	(686)
Depreciação	(141)	(4.275)	(3.212)	(784)	(44)	-	(126)	(51)	-	(17.570)	(26.199)
Transferência	-	10.564	94	-	157	(10.913)	5	93	-	-	-
Em 31 de março de 2022	52.208	57.484	27.442	5.244	806	5.231	852	724	54	91.860	241.905
Saldo em 31 de março de 2021											
Custo total	54.790	106.364	33.096	14.845	1.068	8.414	1.083	868	108	120.194	340.830
Depreciação acumulada	(2.440)	(55.916)	(12.933)	(9.236)	(380)	-	(554)	(453)	-	(43.001)	(124.912)
Valor residual líquido	52.349	50.448	20.163	5.610	688	8.414	529	414	108	77.193	215.918
Saldo em 31 de março de 2022											
Custo total	54.790	117.662	43.497	14.544	1.225	5.231	1.519	1.225	54	152.431	392.177
Depreciação acumulada	(2.582)	(60.178)	(16.055)	(9.299)	(420)	-	(667)	(501)	-	(60.571)	(150.273)
Valor residual líquido	52.208	57.484	27.442	5.244	806	5.231	852	724	54	91.860	241.905

a. Garantia

Em 31 de março de 2022 o montante de R\$ 98.652 (R\$ 92.297 em 31 de março de 2021) referente ao ativo imobilizado da Companhia que corresponde a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais e propriedades estão garantindo operações de financiamentos nas modalidades Finame e capital de giro junto às instituições financeiras.

b. Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2022 e 2021 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

17 Direito de uso

	Terras	Total
Custo ou avaliação:		
Em 1º de Abril de 2020	80.476	80.476
Adições de novos contratos	4.271	4.271
Remensuração de contratos - sem efeito caixa	8.145	8.145
Em 31 de março de 2021	92.892	92.892
Adições de novos contratos	16.641	16.641
Remensuração de contratos - sem efeito caixa	27.979	27.979
Baixa	(4.593)	(4.593)
Em 31 de março de 2022	132.919	132.919
Amortização acumulada:		
Em 1º de Abril de 2020	(16.055)	(16.055)
Adições - com impacto no resultado	(21.797)	(21.797)
Em 31 de março de 2021	(37.852)	(37.852)
Adições - com impacto no resultado	(15.567)	(15.567)
Baixa	1.297	1.297
Em 31 de março de 2022	(52.122)	(52.122)
Taxa média de amortização	-28,5%	-28,5%
Valor residual líquido:		
Em 31 de março de 2021	55.040	55.040
Em 31 de março de 2022	80.976	80.976

18 Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores diversos	36.533	30.995
Fornecedores de cana	2.521	3.846
Total	39.054	34.841
Passivo circulante	32.270	34.841
Passivo não circulante	6.784	-

O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar, determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 33.

19 Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento durante o exercício é como segue:

Em 1º de Abril de 2020	61.364
Adições de novos contratos	4.271
Pagamentos principal	(9.775)
Pagamentos juros	(6.702)
Juros	5.873
Remensuração de contratos	8.145
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	(11.908)
Em 31 de março de 2021	51.268
Adições de novos contratos	16.641
Pagamentos principal	(12.955)
Pagamentos juros	(9.011)
Juros	9.328
Remensuração de contratos	27.979
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	(3.661)
Em 31 de março de 2022	79.589
Circulante	15.843
Não circulante	63.746

Abaixo cronograma de pagamentos dos arrendamentos a pagar do passivo circulante e não circulante em 31 de março de 2022:

	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
1 a 12 meses	23.538	15.843
13 a 24 meses	18.797	11.522
25 a 36 meses	17.656	11.812
37 a 48 meses	15.750	11.355
49 a 60 meses	10.543	7.251
A partir de 60 meses	27.513	21.806
Total	113.797	79.589

A taxa de juros média ponderada utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente dos contratos de arrendamentos em 31 de março de 2022 é de 12,65% (12,82% em 31 de março de 2021).

20 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Nota Explicativa nº 33 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	2022	2021
Moeda nacional:		
Cédula de Crédito Exportação - CCE - 100% CDI + 4,5% a 17,8% a.a.	73.259	66.723
Cédula de Crédito Bancário - CCB - 100% CDI + 5% a 22% a.a.	59.568	85.135
Nota de crédito exportação - NCE - 100% CDI + 3% a.a.	5.444	-

	2022	2021
Cédula de Produto Rural - CPR - 100% CDI + 4,6% a.a.	3.114	-
FINAME - Juros pré-fixados de 2,5% a 12,5% a.a. e variação da TJLP	2.589	3.920
	143.974	155.778
Moeda estrangeira:		
Cédula de Crédito Bancário - CCB - 100% CDI + 5% a 22% a.a.	11.814	7.075
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC - juros de 6% a 8%, a.a. mais variação cambial	4.898	17.088
Pré Pagamento de Exportação - PPE - 105% CDI + 8,35% a 9,5 % a.a.	-	9.796
Cédula de Crédito Exportação - CCE - 100% CDI + 4,5% a 17,8% a.a.	-	1.475
	16.712	35.434
Total	160.686	191.212
Passivo circulante	55.595	93.938
Passivo não circulante	105.091	97.274

a. Vencimento da dívida

Em 31 de março de 2022 as parcelas do passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de Vencimento	2022	2021
2022	-	49.412
2023	50.924	31.248
2024	26.790	6.880
2025	16.889	2.296
2026	4.317	2.075
2027	2.389	2.075
2028	2.389	2.075
2029	1.393	1.211
Total	105.091	97.274

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, garantia hipotecária de terras e avais de acionistas.

b. Cláusulas contratuais (covenants)

A Companhia possui obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira.

Como a Companhia não cumpriu algumas obrigações relacionadas a manutenção de certos indicadores, renegociou as condições determinadas em contrato (*waiver*) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

c. Fornecimento de garantias, avais ou fianças

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens e avais de sócios diretores e hipoteca de terras.

Modalidade de captação	Garantias
Finames	Alienação fiduciária dos bens financiados
CPR – Cédula de Produtor Rural	Alienação fiduciária de imóveis
CCB – Cédula de Crédito Bancários	Aval, alienação fiduciária dos bens financiados, hipoteca de imóveis, penhor mercantil, penhor rural (terras) e recebíveis.
NCE/CCE - Nota de Crédito de Exportação	Aval, enhor mercantil e alienação fiduciária de imóveis
PPE - Pré-pagamento de Exportações	Aval de Nota promissória e Contratos de exportações.
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	Aval de Nota Promissória e Contratos de exportações.

O total da dívida pode ser assim sumarizado:

	Circulante	Não circulante	Total da dívida
Dívida em 31 de março de 2020	89.450	90.628	180.078
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(101.665)	95.712	(5.953)
Captações	-	95.712	95.712
Amortização do principal	(89.162)	-	(89.162)
Juros pagos	(12.502)	-	(12.502)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	106.153	(89.066)	17.087
Variações monetarias/Juros	17.087	-	17.087
Transferência para o circulante	89.066	(89.066)	-
Dívida em 31 de março de 2021	93.938	97.274	191.212
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(132.284)	85.190	(47.093)
Captações	-	85.190	85.190
Amortização do principal	(112.079)	-	(112.079)
Juros pagos	(20.205)	-	(20.205)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	93.941	(77.373)	16.568
Variações monetarias/Juros	16.568	-	16.568
Transferência para o circulante	77.373	(77.373)	-
Dívida em 31 de março de 2022	55.595	105.091	160.686

21 Debêntures a pagar

	2022	2021
Debêntures a pagar	79.106	12.539
Total	79.106	12.539
Passivo circulante	22.856	12.539
Passivo não circulante	56.250	-

Em Abril de 2021, a Companhia realizou sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos. O valor unitário das debêntures é de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), sendo que foram emitidas 75.000 (setenta e cinco mil), feita 40.000 (quarenta mil) com o Banco Santander S.A. e 35.000 (trinta e cinco mil) com o Banco Itaú S.A, totalizando R\$ 75.000 (setenta e cinco milhões de reais) e o vencimento final se dará em 25 em novembro de 2025.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% (Cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, extra-grupo, base 252 (Duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados e divulgados diariamente pela “Taxa DI”, acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de 5,20% a.a. e 5,80% a.a. ao ano, base 252 (Duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

As debêntures são sujeitas aos covenants financeiros medidos conforme abaixo:

Índice Financeiro	Exercício Encerrado	Exercício Encerrado	Exercício Encerrado	Exercício Encerrado
	em março/2022	em março/2023	em março/2024	em março/2025
Dívida Líquida / EBTIDA	<= 2,0x	<= 2,0x	<= 2,0x	<= 2,0x
Liquidez Corrente	>= 1,0x	>= 1,0x	>= 1,0x	>= 1,0x
Dívida líquida / Tonelada de Cana Moída	<= R\$ 110,00	<= R\$ 90,00	<= R\$ 90,00	<= R\$ 90,00

Como a Companhia não cumpriu algumas obrigações relacionadas a manutenção de certos indicadores, renegociou as condições determinadas em contrato (*waiver*) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

O total de debêntures a pagar pode ser assim sumarizado:

	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures a pagar em 31 de março de 2020	12.584	12.500	25.084
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(13.845)	-	(13.845)
Liberações	-	-	-
Amortização do principal	(12.500)	-	(12.500)
Juros pagos	(1.345)	-	(1.345)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	13.800	(12.500)	1.300
Variações monetárias/Juros	1.300	-	1.300
Transferência para o circulante	12.500	(12.500)	-
Debêntures a pagar em 31 de março de 2021	12.539	-	12.539
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(17.142)	75.000	57.858
Liberações	-	75.000	75.000
Amortização do principal	(12.500)	-	(12.500)
Juros pagos	(4.642)	-	(4.642)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	27.459	(18.750)	8.709
Variações monetárias/Juros	8.709	-	8.709
Transferência para o circulante	18.750	(18.750)	-
Debêntures a pagar em 31 de março de 2022	22.856	56.250	79.106

22 Impostos e contribuições a recolher

	2022	2021
ICMS – parcelamento	14.024	8.469
INSS	336	301
Outros	276	34
IRRF	239	23
COFINS	36	28
PIS/COFINS/CSLL	21	-
PIS	6	-
PERT (Programa Especial Regularização Tributária)	-	6
IPI (Glosa Créd. Presumido)	-	143
Total	14.938	9.003
Passivo circulante	7.481	4.628
Passivo não circulante	7.457	4.375

23 Provisão para contingências

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

	2022	2021
Cíveis	1.145	41
Trabalhistas	404	-
	1.549	41

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Baseada na opinião dos assessores jurídicos a Companhia constituiu provisão para contingências de processos trabalhista, cível e ambiental em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho dos processos tributários em andamento, conforme quadro abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de março de 2020	378	121	499
Provisões constituídas durante o exercício	-	-	-
Provisões utilizadas durante o exercício	337	121	458
Saldo em 31 de março de 2021	41	-	41
Provisões constituídas durante o exercício	1.104	404	1.508
Provisões utilizadas durante o exercício	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	1.145	404	1.549

A Companhia possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco de perda possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 730 (R\$ 1.086 em 31 de março de 2021). Em função de não poder ser determinado o estágio em que se encontra o desfecho dessas ações, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

24 Adiantamento de clientes

	2022	2021
Adiantamento de clientes (mercado externo)	382	6.686
Adiantamento de clientes (mercado interno)	-	399
	<u>382</u>	<u>7.085</u>

Refere-se a adiantamentos recebidos pela Companhia para futura entrega de álcool e açúcar na safra 2022/2023.

25 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de março de 2022, o capital social está representado por 59.987.075 ações no valor de R\$ 1,00 cada uma (59.987.075 ações em 31 de março de 2021), pertencentes aos seguintes acionistas domiciliados no país:

	2022		2021	
	Ações	%	Ações	%
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	58.690.306	97,84	58.690.306	97,84
Laax Empreendimento e Participações Ltda.	1.296.769	2,16	1.296.769	2,16
	<u>59.987.075</u>	<u>100</u>	<u>59.987.075</u>	<u>100</u>

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquido residuais da Companhia.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A Companhia não possui ações em tesouraria.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, sem limite estipulado sobre o capital social.

Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

26 Receita operacional líquida

Veja políticas contábeis na nota explicativa 7.a.

a. Fluxos da receita

A receita operacional da Companhia é composta, substancialmente, pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	2022	2021
Receita bruta fiscal	321.997	298.995
Impostos sobre vendas	(31.134)	(23.198)
	290.863	275.797

b. Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

	2022	2021
Receitas operacionais:		
Mercado interno:		
Etanol	150.777	106.104
Outras	2.979	2.389
	153.756	108.493
Mercado externo:		
Açúcar	168.241	181.288
Soja – revenda (<i>performance</i>)	-	9.213
	168.241	190.502
Total da receita bruta	321.997	298.995
(-) Impostos sobre vendas	(31.134)	(23.198)
Total da receita líquida	290.863	275.797

As receitas no mercado externo estão assim distribuídas geograficamente:

	2022	2021
Açúcar		
França	67.694	117.731
Inglaterra	36.296	34.640
Ilhas Virgens	24.889	-
Suíça	20.709	28.917
Cingapura	18.653	-
	168.241	181.288
Soja (<i>performance</i>)		
Suíça	-	9.213
	-	9.213
Total da receita líquida	168.241	190.502

27 Custo dos produtos e mercadorias vendidos

	2022	2021
Matéria prima fornecedores e própria	126.667	85.868
Combustíveis e insumos	24.463	27.097
Mão de obra	14.891	18.642
Serviços prestados por terceiros	10.900	13.818
Entressafra	8.961	11.374
Peças e acessórios	5.768	7.769
Depreciação	4.723	4.764
Outros custos	3.788	5.581
Frete	2.135	2.295
Mercadorias revendidas - Soja	-	7.045
Total	<u>202.296</u>	<u>184.253</u>

28 Despesas operacionais por natureza

	2022	2021
Fretes, transbordos e armazenagem	15.267	14.969
Despesa com pessoal	6.967	5.607
Serviços prestados	5.488	3.755
Outras despesas	4.413	3.119
Despesa com comercialização exceto fretes, transbordos e armazenagem	707	2.159
	<u>32.842</u>	<u>29.610</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Despesas de vendas	16.988	18.549
Despesas administrativas e gerais	15.854	11.061
	<u>32.842</u>	<u>29.610</u>

29 Outras receitas operacionais líquidas

	2022	2021
Receita de Venda de Cbios	2.173	1.770
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(1.509)	457
AVP Fornecedores diversos	825	-
Reintegra	137	174
Resultado na venda/baixa de ativos	5	28
	<u>1.631</u>	<u>2.428</u>

30 Receitas financeiras

	2022	2021
Instrumentos financeiros derivativos - não realizados	39.565	35.193
Rendimentos com aplicações financeiras	3.651	593
Juros demais operações e descontos financeiros	2.251	1.167
Instrumentos financeiros derivativos - realizados	1.010	3.595
Descontos obtidos	550	293
	<u>47.027</u>	<u>40.841</u>

31 Despesas financeiras

	2022	2021
Juros apropriados sobre financiamentos	29.013	15.091
Instrumentos financeiros derivativos – não realizados	13.122	95.297
Instrumentos financeiros derivativos – não realizados	13.494	22.720
Juros sobre passivo de Arrendamentos (nota explicativa nº 19)	9.304	5.873
Juros demais operações	6.588	1.847
Juros tributários - parcelamento e contingências	1.994	2.159
Custos a amortizar (CPC08)	335	115
Descontos concedidos	303	5
	<u>74.153</u>	<u>143.107</u>

32 Variação cambial líquida

	2022	2021
Variação cambial ativa	1.625	2.301
Variação cambial passiva	1.734	(13.599)
Variação cambial líquida	<u>3.359</u>	<u>(11.298)</u>

33 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir:

	Nota	Valor contábil			Valor justo		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2
31 de março de 2022							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	12.126	-	12.126	-	-
Aplicações financeiras		18.567	-	-	18.567	-	18.567
Contas a receber de clientes	9	-	71	-	71	-	-
Adiantamento a fornecedores	12	-	17.336	-	17.336	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	3.871	-	-	3.871	-	3.871
Outros ativos		-	8.450	-	8.450	-	-
Total		22.438	37.984	-	60.421	-	22.438
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar	18	-	-	39.054	39.054	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	160.686	160.686	-	160.686
Debêntures a pagar	21	-	-	79.106	79.106	-	79.106
Passivo de arrendamento	19	-	-	79.589	79.589	-	-
Mútuo com partes relacionadas	13	-	-	11.654	11.654	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	24.003	-	-	24.003	-	24.003
Total		24.003	-	370.089	394.092	-	263.795

	Nota	Valor contábil			Valor justo		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2
31 de março de 2021							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	1.421	-	1.421	-	-
Aplicações financeiras	8	34.273	-	-	34.273	-	34.273
Contas a receber de clientes	9	-	790	-	790	-	-
Adiantamento a fornecedores	12	-	12.234	-	12.234	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	289	-	-	289	-	289
Outros ativos		-	966	-	966	-	-
Total		34.562	15.411	-	49.973	-	34.562
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar	18	-	-	34.841	34.841	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	191.212	191.212	-	191.212
Debêntures a pagar	21	-	-	12.539	12.539	-	12.539
Passivo de arrendamento	19	-	-	51.268	51.268	-	-
Mútuo com partes relacionadas	13	-	-	14.475	14.475	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	48.406	-	-	48.406	-	48.406
Total		48.406	-	304.335	352.741	-	252.157

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo. Em 2022 e 2021, não houve a transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros pela Companhia.

c. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os principais riscos nos quais a Companhia está exposta, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia possui como prática gerir seus os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

d. Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis oriundos de venda de açúcar e adiantamento a fornecedores de cana.

A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar é centrada no relacionamento formalizado com Companhias de Trading, que possuem propostas contratuais que por sua vez são avaliadas pela administração da Usina, de forma que, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial dessas Companhias. Para as operações de adiantamento a fornecedores de cana, são firmados contratos de arrendamento, onde fica estabelecida a garantia contratual para o fornecimento do produto quando da sua produção, bem como, prevê todo o acompanhamento e manuseamento da produção por parte da Usina. Adicionalmente os adiantamentos são gerenciados com base no estabelecimento de limites percentuais, que atualmente conforme determinação da administração é de 20% do custo estimado de produção.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, bem como, mantem operações com instituições financeiras de primeira linha, visando manter os resultados esperados.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras é como segue :

	Nota	2022	2021
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	28.570	35.694
Contas a receber de clientes	9	71	790
Outros ativos		8.450	966
		<u>37.091</u>	<u>37.450</u>

Em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia possuía junto a instituições operações de empréstimos e financiamentos cujo saldo devedor naquela data era significativamente superior aos saldos mantidos em aplicações financeiras.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de açúcar em conjunto com a captação de recursos junto a instituições financeiras com taxas reduzidas e com prazos alongados de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Adicionalmente a Usina possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e os ativos que são utilizados para gerenciar o risco de liquidez.

2022					
	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Mais que 36 meses
Fornecedores	39.054	32.270	6.784	-	-
Passivo de arrendamento (*)	79.589	15.843	17.656	15.750	36.709
Empréstimos e financiamentos (*)	160.686	55.595	33.661	19.997	13.598
Debêntures a pagar (*)	79.106	22.856	22.781	19.935	-
Mútuo com partes relacionadas(*)	11.654	4.310	7.344	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.003	20.810	3.193	-	-
Total	394.092	151.684	91.419	55.682	50.307

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

2021					
	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Mais que 36 meses
Fornecedores	34.841	34.841	-	-	-
Passivo de arrendamento (*)	51.268	8.738	13.835	12.558	50.425
Empréstimos e financiamentos (*)	191.212	93.938	57.991	35.212	22.491
Debêntures a pagar (*)	12.539	12.539	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas(*)	14.475	3.342	10.160	2.049	-
Instrumentos financeiros derivativos	48.406	39.858	8.548	-	-
Total	352.741	193.256	90.534	49.819	72.916

(*) Os valores de Passivo de arrendamento, Empréstimos e financiamentos, Debêntures a pagar e Mútuo com partes relacionadas incluem encargos projetados até o término dos respectivos contratos, distribuídos de acordo com o *aging* apresentado nos quadros.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

A Companhia possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir a produção, bem como, o estabelecimento de contratos de venda futura junto a Companhia de *Tradings*. Essa tomada decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços de mercado.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações de açúcar e captações de recursos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Ao longo do período a Companhia utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições.

A gestão da exposição cambial da Usina consiste na análise do Hedge natural existente entre os contratos de exportação que consequentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção. Sendo que, o hedge natural entre contratos de exportação e obrigações em moeda estrangeira é avaliado somente para safra seguinte.

Os instrumentos financeiros derivativos de proteção - hedge, estão lastreados pela exposição líquida em moeda estrangeira, que contempla os contratos de exportação firmados para a próxima safra. No entanto, a avaliação da necessidade da contratação de instrumentos de proteção para exposições em moeda estrangeira de longo prazo, será feita ao término da próxima safra.

Análise de sensibilidade

A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Companhia analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável o valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2022, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2022 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, devendo-se considerar o fato de que os contratos de exportação firmados para as próximas safras não estão sendo contemplados pela análise apresentada abaixo:

			<u>Alta</u>		<u>Baixa</u>	
	US\$	R\$	25%	50%	25%	50%
Instrumentos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	3.527	16.712	(4.178)	(8.356)	4.178	8.356
Swap	69.826	330.823	(82.706)	(165.411)	82.706	165.411
NDFs	12.423	58.857	(14.714)	(29.428)	14.714	29.428
	<u>85.776</u>	<u>406.392</u>	<u>(101.598)</u>	<u>(203.195)</u>	<u>101.598</u>	<u>203.195</u>

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e swaps, bem como, operações com subsídios rurais, quando as mesmas são disponibilizadas.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, único exclusivamente com o intuito de se proteger quanto a oscilação da *Libor*, já que naquela a Usina possuía captações indexadas a *Libor*. De uma maneira geral a administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no resultado da Companhia, já que esse não é o principal risco.

Análise de sensibilidade

A Companhia não realizou análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros, pois considera que os possíveis impactos sobre as transações vinculadas a taxas de juros flutuantes são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológicos e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional de forma conservadora, sempre buscando aproveitar as melhores oportunidades de mercado maximizando os resultados financeiros, a contribuindo para que as ações aplicadas para os demais riscos citados nesta nota não sejam comprometidas.

Perdas por redução no valor recuperável

Na data do balanço a Companhia possuía somente R\$ 366 a título de provisão para créditos de liquidação duvidosa referente a recebíveis.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir, conforme números da Companhia:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	(160.686)	(191.212)
Debêntures a pagar	(79.106)	(12.539)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	28.570	35.694
(-) Aplicações financeiras	3.361	-
(=) Dívida líquida (A)	(207.861)	(168.057)
Total do patrimônio líquido (B)	84.732	41.404
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	(2,45)	(4,06)

Resultado referente aos instrumentos financeiros

A Companhia utiliza derivativos para gestão de risco de variação cambial decorrente de suas transações operacionais de compra e venda de *commodities* em moeda estrangeira. A administração utiliza *NDFs* na estratégia de gestão do risco de variação cambial.

A administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021 que afetaram a demonstração de resultado:

		Valor Nocional	2022	2021
Resultado de operações mantidas para negociação				
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	USD	9.423	6.199	247
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodity	Açúcar VHP		-	42
			6.199	289
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	USD	3.1000	(1.404)	(25.530)
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodity	Açúcar VHP		(7.733)	(17.221)
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	USD	69.826	(14.866)	(5.655)
			(24.003)	(48.406)

A Companhia utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de Swap de dólar, Swap de *Libor*, *NDFs* de dólar e açúcar, sendo que, essas operações foram contratadas para proteção das exposições em moeda estrangeira e cotação de açúcar.

Resultado referente aos instrumentos financeiros

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) registrados nos exercícios de março de 2022 e março de 2021 que afetaram a demonstração de resultado do exercício:

	2022	2021
Receitas financeiras		
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	(30.077)	(36.655)
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodity	(9.488)	-
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	(1.010)	(2.133)
Ganhos com derivativos (nota 30)	(40.575)	(38.788)

	2022	2021
Despesas financeiras		
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	10.268	45.729
Ajustes Mercado Termo - NDF's <i>commodity</i>	42	67.882
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	<u>16.306</u>	<u>4.405</u>
Perdas com derivativos (nota 31)	<u>26.616</u>	<u>118.017</u>

34 Compromissos

A Companhia possui acordo no mercado de açúcar com terceiros através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos até a safra 2024/2025. Os volumes relacionados aos compromissos acima mencionados são:

Safra	Volume (toneladas)
2022/2023	102.090
2023/2024	95.000
2024/2025	<u>20.000</u>
Total	<u>217.090</u>

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Os compromissos valorizados pelo CONSECANA de 31 de março de 2022 podem ser assim determinados:

	Toneladas de cana-de-açúcar	Valor
2024	609.000	79.610
2025	629.000	82.224
2026	645.000	84.316
2027	645.000	84.316
2028	<u>645.000</u>	<u>84.316</u>
Total	<u>3.173.000</u>	<u>414.782</u>

35 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

36 Eventos subsequentes

Em maio de 2022, a Companhia realizou 3 operações de crédito sendo:

- CCE – Cédula de Crédito à Exportação junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A;

- CCB – Cédula de Crédito Bancário junto a Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito;
- CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio junto a Companhia Província de Securitização.

O CCE junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. foi liberado no dia 12/05/2022 com valor contratado de R\$ 7.000 (sete milhões de reais).

Sobre o valor incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% (Cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, acrescido de juros remuneratórios de 5,75% ao ano. Os pagamentos de principal ocorrerão em 15 parcelas da seguinte forma:

12/05/2023	R\$ 357
12/06/2023	R\$ 357
12/07/2023	R\$ 357
14/08/2023	R\$ 357
12/09/2023	R\$ 357
13/10/2023	R\$ 357
13/11/2023	R\$ 357
13/05/2024	R\$ 357
12/06/2024	R\$ 357
12/07/2024	R\$ 357
12/08/2024	R\$ 357
12/09/2024	R\$ 357
14/10/2024	R\$ 357
12/11/2024	R\$ 357
12/05/2025	R\$ 2.000

O CCB junto a Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito foi liberado no dia 19/05/2022 com valor contratado de R\$ 9.999 (Nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e noventa reais e cinquenta e três centavos).

Sobre o valor incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% (Cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, acrescido de juros remuneratórios de 5,5% ao ano. Os pagamentos de principal são anuais nos meses de novembro/22, novembro/23 e novembro/24.

O CRA junto a Companhia Província de Securitização foi liberado no dia 23/05/2022 com valor contratado de R\$ 21.103 (Vinte e um milhões, cento e três mil reais).

Sobre o valor incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% (Cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, acrescido de juros remuneratórios de 4% ao ano. Os pagamentos de principal ocorrerão em 15 parcelas da seguinte forma:

26/06/2024	R\$ 2.638
19/12/2024	R\$ 2.638
26/06/2025	R\$ 2.638
19/12/2025	R\$ 2.638
26/06/2026	R\$ 2.638
19/12/2026	R\$ 2.638
28/06/2027	R\$ 2.638
19/12/2027	R\$ 2.638

O CRA está sujeito aos covenants financeiros medidos conforme abaixo:

Índice Financeiro	Exercício encerrado em março/23 e seguintes até a data de vencimento
Dívida Líquida / EBTIDA	<= 2,0x
Liquidez Corrente	>= 1,0x
Dívida líquida / Tonelada de Cana Moída	<= R\$ 90,00

* * *

Composição da Administração

Diretoria

Renata Sodré Viana E. Junqueira
Sócia Administradora

Renata Sodré Viana E. Junqueira
Diretora Adm. Financeiro

Ricardo Martins Junqueira
Diretor Industrial

Enio Aparecido O. do Nascimento
CRC 1SP320440/O-7
Contador